



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

## **RELOCI CONTAS DE PREFEITO**

### **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO<sup>1</sup>**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno – Iconha/ES

**Entidade:** Município de Iconha/ES

**Gestor responsável:** Gedson Brandão Paulino

**Exercício:** 2025

#### **1. RELATÓRIO**

##### **1.1 INTRODUÇÃO**

O Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Assim, o presente relatório compõe a Prestação de Contas do Ordenador de Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Iconha, relativo ao exercício financeiro de 2025.

Destacamos que IN TC 68/2020, esta Controladoria Geral tem a obrigatoriedade de emitir 4 (quatro) RELUCIs, 1 (um) RELOCI, 5 (cinco) RELACIs, 5 (cinco) INFOCIs das Unidades Gestoras e das Contas de Governo a serem enviados por parte do órgão de Controle Interno - Controladoria Geral ao TCEES.

São Unidades Gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Iconha, e Serviço autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

A Unidade Central de Controle Interno no ano de 2025 foi composta por 01 (um) Controlador-Geral, cargo em comissão, cuja titular encontra-se afastada por motivo de doença; 01 (um) Controlador-Geral Interino, também em cargo em comissão; 01 (um) Auditor Público Interno, contratado por meio de Processo Seletivo Simplificado; 01 (um) Assessor Técnico de Apoio ao Controle Interno, servidor efetivo em função gratificada; e 01 (um) Ouvidor Municipal, servidor efetivo investido em cargo em comissão.

A Controladoria Geral do Município adotou como metodologia de trabalho para emissão dos Relatórios acima citados, priorizar análises das demonstrações contábeis e demais

---

<sup>1</sup> Artigos 76, § 3º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 122, § 5º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC- 261/2013).



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

arquivos da PCA, bem como dos procedimentos da tabela referencial 01 que pudessem ser comprovados por análise documental e conciliação contábil.

A seguir apresentamos os pontos de controle analisados, bem como os procedimentos adotados, com as constatações e sugestões, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Após análise das demonstrações contábeis, foi encaminhado aos gestores e responsáveis pela Secretária de Finanças da Prefeitura Municipal de Iconha por e-mail, o relatório parcial dessa análise, para possíveis ajustes e/ou notas explicativas.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

## 1.2 DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA PREFEITURA

### 1.2.1 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual e anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964)

<b>Tabela 1 - Caixa e equivalentes de caixa</b>	
<b>Exercício Atual</b>	<b>Valor</b>
Balanço Patrimonial (a)	R\$ 32.176.152,43
Balancete de Verificação - Conta 1.1.1.0.0.00.00 (b)	R\$ 32.176.152,43
Balanço Financeiro - Saldo para o exercício seguinte - Dispêndios (c)	R\$ 32.176.152,43
Demonstração de Fluxos de Caixa - Saldo Final (d)	R\$ 32.176.152,43
<b>Divergência (e) = (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (f) = (a-c)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (g) = (a-d)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Exercício Anterior</b>	<b>Valor</b>
Balanço Patrimonial (h)	R\$ 25.128.062,72
Balancete de Verificação - Conta 1.1.1.0.0.00.00 (i)	R\$ 25.128.062,72
Balanço Financeiro - Saldo para o exercício seguinte - Dispêndios (j)	R\$ 25.128.062,72
Demonstração de Fluxos de Caixa - Saldo Final (k)	R\$ 25.128.062,72
<b>Divergência (l) = (h-i)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (m) = (h-j)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (n) = (h-k)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: DEMFCA, BALPAT e BALFIN/2025

Verifica-se que os valores constantes na tabela 1 acima estão em conformidade.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

### 1.2.2 Confronto entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens:

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques e de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários de bens realizados em 31/12/2025.

<b>Tabela 2 - Saldo das Contas Estoques, Imobilizado e Intangíveis</b>			
Descrição	Balanco Patrimonial (a)	Inventários (b)	Divergência (a-b)
Estoques	R\$ 2.777.478,36	R\$ 2.777.478,36	R\$ -
Bens Móveis	R\$ 35.993.596,50	R\$ 35.993.596,50	R\$ -
Bens Imóveis	R\$ 91.976.580,56	R\$ 91.976.580,56	R\$ -
Bens Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -

Fonte: BALPAT, INVALM, INVMO, INVIMOV E INVINT/2025

Assim, verifica-se que os valores constantes na tabela 2 acima estão em conformidade com valores do Balanço Patrimonial, bem como se verifica que o Patrimônio, tanto em relação ao estoque, quanto a bens móveis e imóveis teve um acréscimo em relação ao exercício anterior.

### 1.2.3 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial (Base Legal: artigos 85,101,104 e 105 da Lei 4.320/1964)

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na Tabela 3.

<b>Tabela 3 - Resultado Patrimonial</b>	
Exercício Atual	Valor
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (a)	R\$ 51.779.442,72
Resultado do Exercício - BALPAT (b)	R\$ 51.779.442,72
<b>Divergência c = (a - b)</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Exercício Anterior</b>	
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (d)	R\$ (6.472.965,23)
Resultado do Exercício - BALPAT (e)	R\$ (6.472.965,23)
<b>Divergência f = (d - e)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: DEMVAP/BALPAT/2025

Assim, verifica-se existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



Prefeitura Municipal de Iconha  
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

#### 1.2.4 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores (Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964).

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, em observância ao método das partidas dobradas, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Comparativo dos Saldos Devedores e credores		
<b>Saldos Devedores (a) = I + II</b>	<b>R\$</b>	<b>321.554.852,48</b>
Ativo (BALPAT) – I	R\$	229.490.519,03
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	R\$	92.064.333,45
<b>Saldos Credores (b) = III – IV + V</b>	<b>R\$</b>	<b>321.554.852,48</b>
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) – III	R\$	229.490.519,03
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	R\$	51.779.442,72
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	R\$	143.843.776,17
<b>Divergência (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

Fonte: DEMVAP e BALPAT/2025

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

#### 1.2.5 Análise entre os demonstrativos “Ativos e Passivos Financeiros” e a conta DDR – Disponibilidade por Destinação de Recurso do Balancete de Verificação (BALVERF).

Tabela 5 - Apuração Deficit/Superávit Financeiro		
<b>Balanco Patrimonial</b>		
Ativo Financeiro (a)	R\$	105.919.766,56
Passivo Financeiro (b)	R\$	1.118.307,40
<b>Superávit/Déficit (c=a-b)</b>	<b>R\$</b>	<b>104.801.459,16</b>
Superávit apurado no BALPAT (d)	R\$	104.801.459,16
<b>Divergência (e = c-d)</b>		
<b>Balancete de Verificação</b>		
Saldo conta DDR 8.2.1.1.1.00.00.000 (f)	R\$	104.801.459,16
<b>Divergência (g=f-d)</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

Fonte: BALPAT e BALVERF/2025

Assim, temos que os demonstrativos contábeis estão em conformidade.

#### 1.2.6 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar não processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

O valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 6.

<b>Tabela 6 - Restos a pagar não processados</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	522.903,55
Balanço Orçamentário (b=c-d)	R\$	522.903,55
Despesa Empenhada (c)	R\$	105.298.780,35
Despesa Liquidada (d)	R\$	104.775.876,80
<b>Divergência e = a-b</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>

Fonte: BALFIN e BALORC/2025

Assim, temos que os demonstrativos contábeis estão em conformidade.

### **1.2.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 7.

<b>Tabela 7 - Restos a pagar Processados</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	419.590,45
Balanço Orçamentário (b = c-d)	R\$	419.590,45
Despesa Liquidada (c)	R\$	104.775.876,80
Despesa Paga (d)	R\$	104.356.286,35
<b>Divergência e= a-b</b>	<b>R\$</b>	<b>(0,00)</b>

Fonte: BALFIN e BALORC/2025

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### **1.2.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 8.

<b>Tabela 8 - Total da Receita Orçamentária</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	113.396.776,82
Balanço Orçamentário - Receita Realizada (V) (b)	R\$	113.396.776,82



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Divergência c = a-b</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
----------------------------	------------	----------

Fonte: BALFIN/BALORC/2025

Conforme demonstrado, há conformidade entre os valores apurados para a receita orçamentária apresentada no BALFIN e no BALORC.

### **1.2.9 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 9.

<b>Tabela 9 - Total da Despesa Orçamentária</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	105.298.780,35
Balanço Orçamentário - Despesas Empenhadas (b)	R\$	105.298.780,35
<b>Divergência c = a-b</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

Fonte: BALFIN/BALORC/2025

Conforme demonstrado, há conformidade entre os valores apurados.

### **1.2.10 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada (Base Legal: artigos 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964).**

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela 10.

<b>Tabela 10 - Execução Despesa Orçamentária</b>		
Despesa Empenhada (a)	R\$	105.298.780,35
Dotação Atualizada (b)	R\$	110.334.549,89
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>R\$</b>	<b>(5.035.769,54)</b>

Fonte: BALORC/2025

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

### **1.2.11 Análise das Contas do Ativo Não Circulante Imobilizado**

A soma das classes “Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada” deve ser igual ou menor que as classes a que pertencem estas contas redutoras, ou seja, bens móveis e bens imóveis do Ativo Imobilizado.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Tabela 11 - Contas do Ativo Não Circulante Imobilizado (BALPAT)</b>	
IMOBILIZADO - BALPAT (a)	R\$ 112.457.090,56
SOMA: DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (b)	R\$ 15.513.086,50
<b>TOTAL A MENOR (c) = a-b</b>	<b>R\$ 96.944.004,06</b>

Fonte: BALPAT/2025

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.2.12 Análise do saldo patrimonial do BALPAT e o saldo da conta Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

<b>Tabela 12 - Saldo Patrimonial e RAP não processados em relação ao Patrimônio Líquido</b>	
Saldo Patrimonial - BALPAT (a)	R\$ 65.225.826,33
Saldo Conta RP não processados a liquidar - (6.3.1.7.1.00.00.000) BALVER (b)	R\$ 522.903,55
Patrimônio Líquido - BALPAT (c)	R\$ 65.748.729,88
<b>Divergência (d) = (a+b-c)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: BALPAT/BALVERF/2025

Assim, verifica-se existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.2.13 Análise das receitas realizadas do Balanço Orçamentário em relação ao BALVERF

<b>Tabela 13 - Receitas Realizadas</b>	
<b>BALORC</b>	
Total Receitas Realizadas (a)	R\$ 113.396.776,82
<b>BALFIN</b>	
Receita Orçamentária (b)	R\$ 113.396.776,82
Transferências Financeiras Orçamentárias Recebidas (c)	R\$ -
Total Receita (d) = b + c	R\$ 113.396.776,82
<b>Divergência (e) = a - d</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: BALORC/BALVERF/2025

Assim, verifica-se que os demonstrativos estão em conformidade.

### 1.2.14. Análise de Natureza Orçamentária para conferência de saldos

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

<b>Tabela 14 - Comparação dos saldos das contas do grupo 5 x 6 - BALVERF</b>
<b>Grupo 5</b>



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Denominação	Saldo	
50000 - Controle da aprovação do Planejamento e Orçamento	R\$	947.868,49
53000 - Inscrição de Restos a Pagar	R\$	947.868,49
53100 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processado	R\$	522.903,55
53200 - Inscrição de Restos a Pagar Processado	R\$	424.964,94
<b>Grupo 6</b>		
Denominação	Saldo	Divergência
60000 - Controle da Execução Orçamentária	R\$ 947.868,49	R\$ -
63000 - Execução de Restos a Pagar	R\$ 947.868,49	R\$ -
63100 - Execução de Restos a Pagar Não Processado	R\$ 522.903,55	R\$ -
63200 - Execução de Restos a Pagar Processado	R\$ 424.964,94	R\$ -

Fonte: BALVERF/2025

Assim, verifica-se que os demonstrativos estão em conformidade.

### 1.2.15. Análise do Total das variações Patrimoniais em relação ao BALVERF

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

Tabela 15 - Comparação dos saldos das contas do grupo 7 x 8 - BALVERF		
<b>Grupo 7</b>		
Denominação	Saldo	
70000 - Controles Devedores	R\$	285.482.079,84
71000 - Atos Potenciais	R\$	167.114.307,89
72000 - Administração Financeira	R\$	105.919.766,56
72100 - Disponibilidade por Destinação	R\$	105.919.766,56
72200 - Programação Financeira	R\$	-
79000 - Outros controles	R\$	219.629,34
<b>Grupo 8</b>		
Denominação	Saldo	Divergência
80000 - Controles Devedores	R\$ 285.482.079,84	R\$ -
81000 - Execução dos Atos Potenciais	R\$ 167.114.307,89	R\$ -
82000 - Execução da Administração Financeira	R\$ 105.919.766,56	R\$ -
82100 - Execução da Disponibilidade por Destinação	R\$ 105.919.766,56	R\$ -
82200 - Execução da Programação Financeira	R\$ -	R\$ -
89000 - Outros controles	R\$ 219.629,34	R\$ -

Fonte: BALVERF/2025

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.3 DA ANÁLISE DOS PONTOS DE CONTROLE – TABELA REFERENCIAL 1



Prefeitura Municipal de Iconha

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Considerando os pontos de controle da Tabela Referencial 1 da IN TCEES nº 68/2020 e suas alterações, para a presente análise foi utilizado o procedimento com base em plano amostral e da conferência e confronto das peças contábeis, previamente designadas, com prazos de remessas especificados na In acima citada.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.3.	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Conciliação e Indagação por Questionário Anual	BALFIN BALORC e Questionário Anual
1.3 Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM e 2026-86MHD	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT BALPAT BALVER e Questionário Anual
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Processo E-Docs 2026-5ZTSM e 2026-86MHD	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT BALPAT BALVER e Questionário Anual
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram	Análise Documental e	EXTBAN TVDISP e



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

	aplicação em instituições financeiras		164 da CRFB/88.	depositadas em instituições financeiras oficiais.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Confirmação externa e Indagação por Questionário Anual	Extratos Bancários EXTBAN e Questionário Anual
1.3.5.	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se o demonstrativo contendo os valores inscritos em dívida ativa do sistema tributário estão em conformidade com os valores registrados no Balanço Patrimonial e Balancete Contábil	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	BALPAT BALVER e Questionário Anual

**1.4 Limites constitucionais e legais**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.1.	Educação – aplicação mínima	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Revisão analítica e Indagação por Questionário Anual	BALFIN Painel do TCEES e Questionário Anual
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Revisão analítica e Indagação por Questionário Anual	BALFIN Painel do TCEES e Questionário Anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

1.4.3	Educação - Pertinência	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	BALFIN e Questionário Anual
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	BALFIN Painel do TCEES e Questionário Anual
1.4.5	Saúde – pertinência	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar trimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram aos dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Revisão analítica	BALFIN, Painel do TCEES e Questionário Anual

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	---------------------------	------------	--------------	----------------------	---------------------



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

		analisados			Controle	
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	LDO PPA e Questionário anual
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Conformidade	LDO e Questionário anual
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Conformidade	LDO e Questionário anual
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Conformidade	LDO e Questionário anual
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 12, § 3º.	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	Indagação por questionário anual	Questionário anual
2.1.10	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Conformidade	LDO LOA PPA e Questionário anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

2.1.13	LOA – Reserva de contingência	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Conformidade	LOA e Questionário anual
2.1.14	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Conformidade	LDO LOA e Questionário anual
2.1.15	LOA – vinculação de recursos.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se a LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.	Análise Documental	LOA BALVER e Questionário anual
2.1.16	LOA – programação financeira e cronograma de desembolso.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Indagação	Questionário anual
2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Análise Documental	Portal da Transparência Site Prefeitura e Questionário anual
<b>2.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.2.2	Receita: Instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação, de forma que, na instituição de cada tributo, deve considerar se todas as hipóteses da regra matriz de incidência tributária (sujeito ativo, sujeito passivo, hipótese pessoal, material, temporal, espacial e quantitativo), base de	Indagação por Questionário Anual	Questionário anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				cálculo e alíquota, estão previstas na lei.		
2.2.3	Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 14, art. 113 do ADCT.	Avaliar se a proposição legislativa que cria ou altera concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que incida renúncia de receita está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar e nos dois seguintes, atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e indica as medidas de manutenção do equilíbrio fiscal.	Análise documental e Indagação por Questionário Anual	Lei 1.445/2024 Lei 1.458/2024 E Questionário anual
2.2.4	Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 14, incisos I ou II e § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.13	Execução de despesas – vinculação	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	DEMCAD-CONS LOA e Questionário Anual
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.16	Autorização orçamentária	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 167, inciso	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa	Indagação por Questionário	Questionário Anual



Prefeitura Municipal de Iconha

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

	para cobertura de déficit		VIII.	específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	Anual	
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Processo E-Docs 2026-SZTSM	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Conformidade e Indagação por Questionário Anual	Busca de Documentos e Questionário Anual
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Processo E-Docs 2026-SZTSM	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Conformidade e Indagação por Questionário Anual	Busca de Documentos e Questionário Anual
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Processo E-Docs 2026-SZTSM	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	Site Prefeitura, Portal da Transparência, Portal Controladoria, LRF e Questionário Anual
2.2.25	Transparência na gestão - Conteúdo do RREO	Processo E-Docs 2026-SZTSM	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	RREO MDF e Questionário Anual
2.2.3.7	Renúncia de receitas - autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias	Processo E-Docs 2026-SZTSM	LC 101/2000, art. 14 caput.	Avaliar se a proposição legislativa sobre a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária atende ao disposto na Lei de Diretrizes orçamentárias, tanto no corpo da lei,	Análise documental e Indagação por Questionário Anual	Lei 1.445/2024 Lei 1.458/2024 LDO e Questionário anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				quanto no Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas.		
2.2.3.19	Receita - Registro em contas específicas da COSIP	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se os valores recebidos a título de COSIP são registrados em conta contábil específicas.	Análise documental e Indagação por Questionário Anual	BALVER e Indagação por Questionário Anual
2.2.3.29	Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	Análise Documental e Indagação por Questionário Anual	Site Prefeitura, Portal da Transparência, Portal da Controladoria, LRF e Questionário Anual

**2.3. Gestão Patrimonial**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c. NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Indagação por Questionário Anual	Questionário anual
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Indagação por Questionário Anual	Questionário anual

**2.4. Limites Constitucionais e legais**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.		
2.4.6	Operação de crédito – instituição financeira controlada	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 36. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, bem como se contratou operações de crédito em que tenha sido prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
2.4.9	Operação de crédito – vedações	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
2.4.10	Operação de crédito – Regra de Ouro	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	CRFB/88, art. 167, inciso III.	Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise documental e Indagação por Questionário Anual	Painel TCEES e Questionário Anual
2.4.13	Operação de crédito – atendimento às condições para contratação	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 40 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Verificar se foram observadas as condições para contratação de operação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.		
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	Processo E-Docs 2026-5ZTSM	LC 101/2000, art. 38, inciso IV.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.	Indagação por Questionário Anual	Questionário Anual
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Processo E-Docs 2026-86MHD E 2026-V26W8	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal 974/2017 Lei Municipal 1.038/2018 Lei Municipal 1.084/2019 Lei Municipal 1.166/2020 Lei Municipal 1.350/2022 Lei Municipal 1.384/2023 Lei Municipal 1.463/2024 Lei Municipal 1.507/2025 e Questionário anual
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Processo E-Docs 2026-86MHD e 2026-V26W8	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal 974/2017 Lei Municipal 1.038/2018 Lei Municipal 1.084/2019 Lei Municipal 1.166/2020 Lei Municipal 1.350/2022 Lei Municipal 1.384/2023 Lei Municipal 1.463/2024 Lei 1.507/2025 e



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

						Questionário anual
2.5.26	Censo Atuarial	Processo E-Docs 2026-86MHD e 2026-V26W8	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	IN SPP nº 04/2018 aprovada pelo Decreto 3393/2018; Portaria IPASIC nº 0841/2025 (Recadastramento 2025); Portaria IPASIC nº 0710/2022 (Censo Previdenciário); E Questionário Anual
2.5.27	Hipóteses Atuariais – Definição	Processo E-Docs 2026-86MHD, 2026-V26W8 e 2025-2NTMB	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2025 e Questionário Anual
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Processo E-Docs 2026-V26W8 e 2025-2NTMB	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2025 e Questionário Anual

## 1.4 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

### 1.4.1 Educação

#### Aplicação Mínima de 25%

No tocante ao que determina o artigo 212 da Constituição Federal, tem-se que o Município de Iconha observou o percentual mínimo de aplicação anual de 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências,



Prefeitura Municipal de Iconha

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

na manutenção e desenvolvimento do ensino, pois, conforme se constata no anexo 8 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN, que compõe a presente Prestação de Contas, em 2025 alcançou-se o percentual de **26,16%**.

**Aplicação Mínima de 70% Da Receita Do FUNDEB**

Em observância ao que determina o art. 212-A da Constituição Federal, bem como as Leis Federais nº 14.113/2020 e 14.276/2021, tem-se que o Município de Iconha destinou proporção não inferior a 70% (setenta por cento) da receita do FUNDEB para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, com o percentual de **84,61%** da despesa na remuneração do magistério com educação infantil/ensino fundamental (RREO – anexo 8 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN).

**1.4.2 Saúde**

**Aplicação Mínima de 15%**

No que diz respeito ao que determina o artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tem-se que o Município de Iconha observou o percentual mínimo de aplicação de 15% (quinze por cento) em saúde, da receita resultante de impostos, inclusive transferência, pois, consoante se verifica no anexo 12 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN – RREO, alcançou-se o percentual **23,65%**.

**1.4.3 Limite de Gastos com o Legislativo Municipal**

O repasse ao Legislativo Municipal no transcorrer do exercício de 2025 somaram o montante de R\$ 3.630.000,00 (três milhões e seiscentos e trinta mil reais) dentro do limite constitucional de 7% (sete por cento) previsto no inciso III, artigo 29-A da Constituição Federal, oriundo das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal (arrecadada no ano de 2024: R\$ 55.233.785,60).

O orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2025 foi aprovado no valor de R\$ 3.630.000,00, e, por esse motivo, limitou-se ao repasse mensal do duodécimo no valor de R\$ 302.500,00, conforme art. 29 A da Constituição Federal. Vale acrescentar que a Câmara Municipal, ainda no exercício de 2025, efetuou uma devolução no valor de R\$ 20.000,00 à Prefeitura Municipal, sendo à parcela correspondente ao duodécimo 2024.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

#### **1.4.4 Do Atendimento Aos Limites Estabelecidos Pela LRF**

##### **Do Limite da Despesa Total com Pessoal**

No tocante ao limite legal previsto na Lei Complementar nº 101/2000 foi apurado, conforme o Relatório de Gestão Fiscal (Demonstrativo de Despesa com Pessoal, anexo I, da LRF, art. 55, inciso I, alínea a) que no exercício de 2025, o montante das despesas com pessoal do Poder Executivo (LRF, artigo 55, inciso I, alínea a – Anexo I) foi de R\$ 34.377.662,82 (trinta e quatro milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

O Poder Executivo Municipal comprometeu 39,80% de sua Receita Corrente Líquida Ajustada, correspondente a R\$ 86.384.449,42 (oitenta e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), mantendo-se dentro do limite legal de 54% (cinquenta e quatro por cento) previsto na referida Lei Complementar, conforme inciso III, art. 20, da LRF.

Além disso, o total do valor de gastos consolidados de despesa com pessoal foi de R\$ 36.644.451,29 (trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), o que comprometeu o percentual de 42,42% da Receita Corrente Líquida que foi de R\$ 86.384.449,42, mantendo-se dentro do limite 60% (sessenta por cento) previsto na LRF, consoante inciso III, artigo 20 da LRF.

Diante do exposto, inexistem medidas a serem adotadas no sentido de reconduzir a despesa total com pessoal aos limites da LRF, conforme previsto no artigo 59 da mencionada legislação, pois os gastos com pessoal do Poder Executivo de Iconha estão abaixo do limite legal.

#### **1.4.5 Alcance Das Metas Estabelecidas Na Lei Das Diretrizes Orçamentárias - LDO**

##### **Receita**

A receita estimada foi no valor de R\$ 67.435.513,78 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e treze reais e setenta e oito centavos) e a atualizada foi de R\$ 101.251.486,22 (cento e um milhões duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos). A receita total realizada até dezembro de 2025 foi de R\$ 122.239.556,57 (cento e vinte e dois milhões duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta sete centavos).



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

## **Despesa**

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente a despesa fixada do orçamento de 2025 de R\$ 119.329.160,84 (cento e dezenove milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e sessenta reais e oitenta e quatro centavos). A despesa total empenhada até dezembro de 2025 foi de R\$ 114.139.439,01 (cento e quatorze milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e um centavo), sendo R\$ 97.244.331,95 (noventa e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos) de Despesas Correntes; R\$ 16.895.107,06 (dezesesseis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sete reais e seis centavos) de Despesas de Capital.

## **Dívida**

A Dívida Consolidada Líquida do Município em 31/12/2025 corresponde ao montante de **R\$ 5.416.590,14** (cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa reais e quatorze centavos), conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal (Anexo II, LRF, art. 55, inciso I).

O quadro abaixo detalha um quadro comparativo entre os valores das dívidas que o Município possuía em 2024 e como estes números fecharam o ano de 2025.

<b>Dívida</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
INSS	R\$ 469.771,86	R\$ 416.590,14
Operação de Crédito - Banco Banestes	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.469.771,86</b>	<b>R\$ 5.416.590,14</b>

No demonstrativo da dívida fundada têm-se o parcelamento desta prefeitura, discriminando o valor a pagar em curto prazo e em longo prazo, considerando que as demais unidades gestoras - Fundo Municipal de Saúde e SAAE - não possuem dívida fundada. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha possui registrado no relatório da Dívida Consolidada o Passivo Atuarial no valor total de R\$ 154.444.157,53 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), discriminados as Aposentadorias/Pensões concedidas e Aposentadorias/Pensões a conceder.

O pagamento referente a respectiva dívida da Unidade Gestora Prefeitura no exercício correspondem ao valor de R\$ 53.181,72 (cinquenta e três mil, cento e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), proveniente de parcelamento do INSS.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

A operação de crédito junto ao Banco Banestes no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), foi contratada pela Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Iconha em 07/03/2024, destinados a investimentos em construção de casas populares, infraestrutura e outras despesas de capital na localidade de Jardim da Ilha, Iconha/ES, com carência de pagamento da parcela da dívida de 24 meses, celebrado através de Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito CrescerCidadES nº 2024000036/001, em 07/03/2024, conforme a autorização da Lei Municipal nº 1.428, de 14/12/2023. O início do pagamento está previsto para o dia 08/04/2026, conforme relatório fornecido pelo Banco Banestes e respectivas cláusulas contratuais.

É sabido que o artigo 3º da Resolução do Senado nº 40 determina a limitação do montante da Dívida Consolidada Líquida para os municípios em até 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida. Considerando que a Receita Corrente Líquida – RCL (ajustada para cálculo de endividamento) no exercício de 2025 foi de R\$ 87.786.509,42 (oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e nove reais e quarenta e dois centavos), e que o montante de Dívida Consolidada Líquida no mesmo exercício foi de -R\$ 26.161.185,68, representando -29,80% da RCL, ou seja, valor muito abaixo do limite legal de 120% (cento e vinte por cento) da RCL, que corresponde a R\$ 105.343.811,30 (cento e cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e onze reais e trinta centavos).

Diante do exposto, inexistente necessidade de se adotar medida no sentido de reconduzir a Dívida Consolidada aos limites legais, conforme previsto no artigo 59, inciso IV, da LRF, pois o Município está dentro dos limites previstos na LRF.

#### **1.4.6 Renúncia de Receita**

No exercício de 2025, o Município não teve renúncia de receita, considerando que o desconto de 10% (dez por cento) para pagamento à vista em cota única o IPTU 2025 (Lei Complementar nº 17/2011 e Lei Municipal nº 1.510/2025), bem como a Lei Municipal 1445/2024 (IPTU Verde) foram considerados na estimativa de arrecadação da Lei Orçamentária Anual, conforme Anexo de Metas Fiscais de Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita da LDO 2025 (Lei Municipal nº 1.468/2024), dispositivo legal, art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Veja quadro de arrecadação do IPTU (código da receita 1112500100) abaixo:

<b>Orçado</b>	<b>Arrecadado</b>	<b>Excesso de Arrecadação</b>
800.000,00	1.056.895,96	256.895,96



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

#### **1.4.7 Cumprimento dos Programas Previstos na LOA e sua Consonância com a LDO e o PPA**

O cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e com o PPA, descrevendo de forma analítica as atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a execução dos programas incluídos na LOA, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas. Os gastos foram efetuados dentro das determinações da Lei Orçamentária Anual.

<b>Descrição</b>	<b>Meta Prevista</b>	<b>Meta Executadas</b>
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	5.513.916,86	9.624.332,02
Receita de Contribuições	3.236.522,00	3.977.191,90
Receita Patrimonial	183.825,14	2.552.200,46
Receita de Serviços	2.673.688,00	3.552.498,61
Transferências Correntes	49.713.264,03	75.448.461,80
Outras Receitas Correntes	153.046,00	820.252,92
Receitas de Capital	206.297,50	17.421.839,11
Receitas Correntes – Operações Intra orçamentárias	5.754.954,25	8.842.779,75
<b>TOTAL</b>	<b>67.435.513,78</b>	<b>122.239.556,57</b>

Da análise do quadro acima, vê-se que todas as receitas cumpriram a meta prevista, superando os valores orçados, sendo que as metas foram reconduzidas para reforço de outras dotações.

Quanto à meta de receita de serviços, no Município de Iconha, a Autarquia que presta o serviço de água e esgoto – SAAE – é a principal fonte de arrecadação.

Por fim, verifica-se que a receita foi executada em consonância com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

#### **1.4.8 Gastos Com Publicidade**

No exercício de 2025 a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Iconha não realizou gastos com publicidade contabilizadas nos subelementos 33903990000 (serviços de publicidade), bem como não contabilizou gastos com publicidade na conta de variação patrimonial diminutiva 3.3.2.3.1.05.00.

O Fundo Municipal de Saúde, por sua vez, realizou gastos com publicidade institucional o valor R\$ 64.090,00 referente à sonorização volante e gravação de CD para a divulgação das campanhas Alerta Contra a Influenza e campanha e promoção à saúde e nutrição. Também realizou a contratação de serviços audiovisuais especializados, essencial para atender às demandas institucionais, contribuindo para a ampliação da comunicação pública, engajamento social, campanhas educativas e preventivas sobre temas como vacinação, prevenção de doenças, qualidade de vida, documentação e atividades institucionais, assegurando, assim, transparência, prestação de contas e registro histórico das ações realizadas.

#### **1.4.9 Despesa Fixada e Executada**

O valor total da despesa fixada para o exercício de 2025 foi da ordem de R\$ 67.416.813,78 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e treze reais e setenta e oito centavos), sendo que a atualizada decorrente de créditos adicionais corresponde a R\$ 119.329.160,84 (cento e dezenove milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e sessenta reais e oitenta e quatro centavos), menos a despesa empenhada no valor de R\$ 114.139.439,01 (cento e quatorze milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e um centavo), resultou em uma economia orçamentária de R\$ 5.189.721,83 (cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos).

Comparando o montante da receita arrecadada com o montante da despesa realizada, nota-se que houve um Superávit na execução orçamentária, no exercício de 2025, da ordem de R\$ 8.100.117,56 (oito milhões, cem mil, , que equivale a 6,63% da Receita Total Arrecadada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$):</b>
Receita Total Arrecadada	122.239.556,57
Despesa Total Realizada	114.139.439,01
<b>Superávit Orçamentário em 2023</b>	<b>8.100.117,56</b>

Fonte: Balanço Orçamentário – anexo 12, da Lei nº. 4.320/64.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

#### 1.4.10 Receita Prevista e Arrecadada

Ao final do exercício financeiro observa-se que ocorreu um Superávit na arrecadação da ordem de R\$ 20.988.070,35 (vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, setenta reais, e trinta e cinco centavos), conforme demonstrativo a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$):
Receita Orçada Prevista Atualizada	101.251.486,22
Receita Arrecadada	122.239.556,57
<b>Superávit de Arrecadação</b>	<b>20.988.070,35</b>

Todavia considerando a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 07 da Secretaria do Tesouro Nacional que estabelece os parâmetros para elaboração do Balanço Orçamentário Consolidado do Município, onde devem ser excluídas as Receitas e Despesas Intraorçamentárias, que corresponderam aos valores de R\$ 8.842.779,75 e R\$ 8.840.658,66, respectivamente, temos os seguintes resultados:

##### Receita:

Prevista	Atualizada	Arrecadada	Superávit
61.680.559,53	94.037.898,44	<b>113.396.776,82</b>	19.358.878,38

##### Despesa:

Fixada	Atualizada	Empenhada	Saldo/Economia
59.927.137,46	110.334.549,89	<b>105.298.780,35</b>	5.035.769,54

Conforme a referida IPC, o Município obteve um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 8.097.996,47, resultado da diferença da Receita arrecadada de R\$ 113.396.776,82 e a Despesa Empenhada no valor de R\$ 105.298.780,35.

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Gedson Brandão Paulino, Prefeito do Município de Iconha/ES, relativa ao exercício de 2025.



Prefeitura Municipal de Iconha  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados nesta manifestação, a referida prestação de contas se *encontra regular*.

Iconha/ES, 24 de março de 2026.

**BRUNO PINTO COSTA**

Auditor Público Interno

CRC-ES 17995/O

**LUCAS SEQUIM ARARIBA**

Controlador-Geral Interino

OAB-ES 33.516